

A Mobilidade como Ferramenta de Análise das Dinâmicas de Fronteira

La Movilidad como Herramienta para el Análisis de la Dinámica de Frontera

Alexandre Luís Ponce Martins

*Universidade Estadual de Maringá (UEM) - Bolsista Capes/Fundação Araucária.
E-mail: poncemartins@hotmail.com.*

Márcio Mendes Rocha

Universidade Estadual de Maringá (UEM) – E-mail: mmrocha@uem.br

Artigo originalmente apresentado no **III Seminário Internacional de los Espacios de Frontera (III Geofronteras)**, Universidad Nacional de Itapúa (UNI), Encarnación (Paraguay), 8 a 10 de setembro de 2015.

Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo - O presente trabalho, de caráter introdutório, tem como objetivo discorrer questões teóricas referentes às contribuições da geografia da população e mobilidade para elucidar problemáticas relacionadas a ambientes de fronteira. Para tal, objetivamos secundariamente caracterizá-los no transcorrer do texto a partir de seus pressupostos históricos e teóricos por meio de revisão bibliográfica, de modo que, posteriormente, possamos associá-los com as possibilidades de uso em estudos de ambientes fronteiriços. É uma temática de relevância significativa, uma vez que, fronteiras são territórios de constante tensão entre os atores que ali vivem e a permanente interferência dos Estados nacionais que estabelecem medidas protecionistas quanto às influências dos países vizinhos. Interferências estas de caráter econômico, com gênese em âmbitos políticos centralizados, que em via de regra prejudicam os atores periféricos e os demais Estados menos desenvolvidos, a pobreza gerada articula a mobilidade humana e indivíduos diversos tendem a atravessar a fronteira. Estes movimentos ocorrem de modo contínuo, o que permite o aumento desta problemática em questão, trabalhadores se deslocam entre os países diariamente, ou mesmo se mudam definitivamente em busca de melhores condições de vida. Desta forma, pretendemos apresentar uma abordagem geral sobre estes conceitos, de modo a auxiliar pesquisas futuras quanto a estas dinâmicas.

Palavras-Chave: Geografia da População; Mobilidade; Fronteira.

Resumen - Este estudio de carácter introductorio, tiene como objetivo discutir cuestiones teóricas relativas a la geografía de la población y la movilidad para aclarar cuestiones relacionadas a la frontera. Con este fin, se pretende caracterizar secundariamente en el curso del texto a partir de bases históricas y teóricas a través de revisión de la literatura, para que después asociarlos a las posibilidades de utilización en los estudios en los ambientes fronterizos. Es una cuestión de gran importancia, y aquellas fronteras son territorios de tensión constante entre los actores que viven allí y la interferencia continua de Estados nacionales que establecen medidas proteccionistas contra las influencias de los países vecinos. Estas interferencias son de carácter económico con su genesis en las areas políticas centralizadas, que generalmente perjudican a los actores periféricos y otros estados menos desarrollados, la pobreza generada articula la movilidad humana, y muchas personas tienden a cruzar la frontera. Estos movimientos se producen de forma continua, lo que permite el aumento de este problema en cuestión, los trabajadores se desplazan diariamente entre los países o incluso migran definitivamente por mejores condiciones de vida. En consecuencia, tenemos la intención de presentar una orientación general sobre estos conceptos, para ayudar a la investigación sobre estas dinámicas.

Palabras clave: Geografía de la Población; Movilidad; Frontera.

Introdução

O ser humano enquanto um dos aspectos de estudo da geografia, deve ser considerado sempre fator de interação e conseqüente alteração do espaço geográfico. As modificações provocadas pelo homem através do tempo permitiram que o considerasse um ser histórico com capacidade de criar relações dialéticas no meio. As mudanças estabelecidas na natureza por meio do homem são realizadas a partir de seu trabalho, logo, seus deslocamentos no espaço e as implicações que tais articulações provocam estão diretamente ligadas ao desenvolvimento de locais diversos, entre estes elencam-se os ambientes de fronteira.

A mobilidade humana está diretamente relacionada às mudanças ocorrentes na relação espaço-tempo, assim, faz-se necessário discutir teoricamente alguns aspectos históricos quanto à própria mobilidade dentro da geografia, principalmente no âmbito da geografia da população, subárea a qual possui maior afinidade, e também dos aspectos ligados à território e fronteira, local ao qual ocorrem conflitos relacionados a mobilidades de atores diversos que se deslocam entre dois Estados ou mais.

Nesse sentido, o presente trabalho procura estabelecer mobilidade e fronteira como conceitos correlacionados para se discutir as problemáticas ligadas às tensões, que ocorrem via de regra, na própria fronteira. O presente texto foi dividido em duas partes, a primeira retrata a geografia da população e mobilidade, enquanto que a segunda trata de território e fronteira, nas considerações finais estabeleceremos as correlações e possibilidades para se tratar de tal diálogo.

Geografia da População e Mobilidade: Aspectos Históricos e Teóricos

A mobilidade populacional não é um aspecto recente a ser abordado na ciência geográfica, segundo Mormul (2012), várias correntes da geografia consideraram o tema em diferentes vieses, contudo vale salientar a priori, que é significativo para compreender a temática criticamente as contribuições históricas anteriores à sistematização científica da geografia, tanto quanto à geografia da população, quanto à própria mobilidade.

Dentro das perspectivas populacionais da antiguidade, destacamos as contribuições significativas de Platão e Aristóteles, ambos filósofos já tratavam as dinâmicas populacionais como fator estratégico. Platão já apartava o conceito de ótimo da população, uma relação de espaço e recursos para se chegar a um padrão de vida qualitativo para a população; Aristóteles em “Política”, salientava que o excesso populacional prejudicaria a ordem social, criminalidade, pobreza e conflitos seriam conseqüência, a partir deste ponto de vista. De um modo geral, observa-se que a população em demasia era considerada um fator negativo, gerador de miséria e conflitos sociais. Em contrapartida, os romanos usavam a explosão demográfica como justificativa de conquistas, pois conforme a população crescia, aumentava a demanda por espaço físico. (MORMUL, 2012).

A idade média, do ponto de vista demográfico, foi influenciada por um panorama religioso e moral, as interpretações bíblicas eram utilizadas para se fazer valer os interesses políticos e econômicos da época. Quanto à estratégia militar, a população elevada era considerada um fator positivo, o maior número de soldados era considerado um fator estratégico para conflitos bélicos, um exemplo seria as cruzadas (MORMUL, 2012).

A partir do século XVIII, segundo Mormul (2012), momento em que o iluminismo favoreceu a eclosão das revoluções industrial e francesa, estabeleceu-se métodos qualitativamente mais elaborados, não somente com relação à geografia da população, mas também com no que se refere aos métodos científicos em um âmbito geral. Uma das teorias que surgiram nesse contexto foi proposta por Thomas Malthus, o pensador inglês estabeleceu uma relação entre duas forças, o crescimento populacional e a produção de alimentos, a primeira cresceria em proporção maior que a segunda, a conseqüência seria a

proliferação da miséria e fome que equilibraria aquelas forças, isto é, seriam fatores positivos para evitar o avanço da própria miséria, uma vez que fome, doenças e outros fatores aumentariam a mortalidade e regulariam a população. Damiani (2008) explicita que os cultivadores poderiam se aproveitar da oferta de mão de obra e abrir novas frentes de cultivo, ou seja, aumentaria a demanda de alimentos e diminuiria a fome, o autor, portanto, desconsidera a dimensão espacial. Posteriormente, os avanços da medicina e o desenvolvimento tecnológico ajudaram a desacreditar a teoria de Malthus, contudo estudos recentes, chamados de neomalthusianos, ainda consideram o crescimento elevado da população como um fator decisivo para o subdesenvolvimento.

Para Karl Marx, o pobre não é somente aquele que não dispõe das condições mínimas para sobreviver, mas também aquele que não se apropria dos meios de produção. O crescimento da população estaria relacionado às condições históricas do processo de acumulação capitalista de cada lugar, essa população pobre excedente é denominada superpopulação relativa, uma reserva de trabalhadores que tinha como função manter os salários baixos. Percebe-se uma distinção entre os pensamentos de Malthus e Marx, para o primeiro a população se origina a partir das relações de subsistência, enquanto que para o segundo seria consequência das relações desiguais provocadas pelo capitalismo. (MORMUL, 2012).

No século XIX, as contribuições de Ratzel e La Blache são também significativas, a partir do contexto das doutrinas determinista e possibilista respectivamente. Ratzel tem importante contribuição na sistematização da geografia como ciência, ele trata a população sob uma perspectiva secundária, pois seus estudos focavam a dispersão dos povos em uma perspectiva interdisciplinar, onde se considerava, além da geografia, a biologia, a etnologia e a história. La Blache dedicou mais espaço à geografia da população, considerava o estudo demográfico a partir de dados numéricos e padrões, sem aprofundamento quanto à sistematização ou classificação destes dados. (MORMUL, 2012).

A geografia da população foi interpretada, até então, a partir de um panorama empírico sem uma dimensão crítica, chamada também de neoclássica (BECKER, 2006) apesar dos indicadores demonstrarem, de certa forma, características das realidades socioeconômicas, a compreensão por uma ótica criticista ocorreu com Foucault, o autor, segundo Mormul (2012), analisa a sociedade a partir das relações de poder, o autor busca se ater em obras como “O Político” de Platão e “O Príncipe” de Maquiavel, para analisar diversas formas de dominação política. Discorrendo quanto às questões morais e religiosas, típicas de governos pré-modernos, demonstra que a população é influenciada por fatores econômicos, sociais e políticos; isto é, pode ser doutrinação a seguir aspectos que favoreçam as classes hegemônicas, que dominam as esferas políticas.

As contribuições de Foucault foram preponderantes, seus contemporâneos estabeleceram métodos críticos que levaram à uma evolução das análises qualitativas no que tange à ciência da geografia da população, dentro deste âmbito a mobilidade passa a ser estudada como consequência social do meio capitalista, e não somente como motivação pessoal de determinado sujeito. (MORMUL, 2012).

A mobilidade se mostra um conceito essencial para se analisar a dualidade homem natureza. A mobilidade humana pode ser definida como o movimento dos corpos a partir do espaço, sendo portanto sujeita à qualquer espécie de deslocamento, sendo humano ou não. Salienta-se que no presente caso, considerar-se-á o que se denomina “mobilidade humana”, esta se refere ao movimento dos seres humanos a partir de incentivos diversos, entre os quais, se destaca, a mobilidade humana com ênfase na influência exercida pelas forças de trabalho.

A mobilidade da força de trabalho está presente na sociedade capitalista e possibilita dinamismo significativo no que refere-se às trocas comerciais, e consequentemente, na reprodução do capital. No caso das relações econômicas dos Estados membros do

MERCOSUL, por exemplo, pode-se considerar elevados fluxos de deslocamento, principalmente em ambientes de fronteira. Considerando esta situação, possibilitada pelos benefícios comerciais estabelecidos pelo bloco econômico, é plenamente justificável discorrer de maneira crítica as delineações que se dão a partir do conceito de mobilidade em ambiente de fronteira.

A mobilidade humana se delinea a partir de três outras ordens de mobilidade; a mobilidade física, a mobilidade social e a mobilidade centrada no trabalho, como afirma Rocha (1998). A mobilidade física é subdividida em macromobilidade física e micromobilidade física, a primeira se caracteriza por movimentos entre sujeitos em grande escala, isto é, escala internacional, nacional, estadual e municipal; este tipo de deslocamento não considera a dimensão do cotidiano, pois são fluxos demográficos. A micromobilidade abrange o cotidiano como deslocamentos para trabalho, escola, compras, entre outros. (ROCHA, 1998).

A mobilidade social se refere à mudança estrutural dentro das classes sociais, é um movimento vertical não concreto espacialmente, mas refletivo consequentemente na territorialização do espaço. Este tipo de mobilidade é abordado comumente a partir das ciências sociais, contudo não deixa de ser objeto de estudo da geografia, pois suas consequências se materializam no espaço geográfico. (ROCHA, 1998).

Por fim, a mobilidade centrada no trabalho se refere ao movimento populacional incentivados aos interesses econômicos do capitalismo, interesse que incentiva, mesmo que de forma inconsciente, o deslocamento de pessoas em função de trabalho. (ROCHA, 1998).

Mesmo que a macromobilidade e micromobilidade física ocorram a partir das relações de trabalho, analisadas separadamente, correspondem majoritariamente a dados quantitativos representados por linhas, setas e fluxos, porém, se analisadas a partir de um pressuposto histórico e crítico, observa-se o quanto há de interesse para os capitalistas e pressupõem a mobilidade forçada, que recaem na mobilidade social e do trabalho.

Sobre a mobilidade Becker (2006) destaca que o termo foi objeto de análise de várias interpretações, sendo que entre estas, relevou dois modelos, um de julgamentos neoclássicos e outro de base neomarxista. Isto é, são estudos ou voltados à interpretações quantitativas acríticas ou respectivamente a abordagens críticas. Até os anos 70, a visão dos fluxos migratórios estava sedimentada nos movimentos individuais da população onde as informações estatísticas da ciência demográfica se sobrepunha quanto ao fatos histórico-geográficos.

Entre os trabalhos que Becker (2006) considera como neomarxista, está a publicação de Gaudemar (1977), o economista francês retrata que o deslocamento da população está relacionado aos interesses do sistema capitalista de produção. A partir das ciências econômicas Gaudemar (1977) contribui de maneira significativa para o desenvolvimento do conceito de mobilidade. Para o autor, a mobilidade possui influência significativa no âmbito das relações de trabalho no sistema capitalista, isto é, a qualidade da força de trabalho coopera para o surgimento de uma série de fenômenos de mobilidade, como por exemplo, os trabalhos temporários, imigrações, movimentos pendulares, entre outros.

Contrapõe-se portanto, as abordagens neomarxistas do modelo neoclássico, a partir do momento que o capital passa a exercer uma espécie de “mobilidade forçada”, elimina-se a hipótese da decisão pessoal enquanto determinante para o deslocamento. Rocha (2008) explicita que esta “mobilidade forçada” ocorre a partir dos interesses do capitalismo e as condições para deslocamento são exógenas à vontade do trabalhador, Gaudemar (1977), também retrata que o capitalismo influencia sempre a maneira como os seres humanos estabelecem seus comportamentos, em meio aos interesses do sistema ocorre a mobilidade da força de trabalho. Neste sentido, todo planejamento capitalista de mobilidade, é, também,

mobilidade forçada. Assim, Gaudemar (1977 p. 190) coloca que a “mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a condição de exercício de sua ‘liberdade’ de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital”, ou seja, existe uma “escolha” em se deixar explorar pelo capital para gerar mais valia para os donos dos meios de produção. Mais adiante ainda esclarece:

A relação entre mobilidade e a liberdade da força de trabalho pode ser ainda precisada. No seu aspecto positivo, a liberdade condiz à possibilidade do trabalhador escolher seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e o seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições que ele o exerce. (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

Mais uma vez o autor procura colocar entre aspas a palavra “liberdade”, pois é uma situação de coação, a vontade de se deslocar para outra área é, na verdade, forçada porque as medidas que coagem os trabalhadores a se deslocarem não são tomadas pelos próprios, além das grandes empresas capitalistas, o autor ressalta que medidas do Estado visam facilitar a repulsão ou atração de imigrantes de determinados pontos do território francês, as populações imigradas formam uma força de trabalho que se move, desloca-se de estabelecimento para estabelecimento ou de ramo para ramo conforme a necessidade de seu trabalho. Gaudemar (1977) demonstra que a força de trabalho imigrante se desloca de acordo com os interesses do Estado, sem se importar realmente com os problemas sociais que tal fato geraria. Vale salientar que, os estudos do autor estão relacionados temporalmente ao contexto dos anos 70, e que no contexto da França, atualmente há diferenças nas políticas públicas migratórias e estas são ainda não tão significativas se comparadas às ações de grandes corporações, mas são aliadas no que tange os interesses do capital.

Os trabalhadores que vem a se deslocar no espaço em função dos interesses capitalistas fazem parte de uma reserva de trabalhadores criada para serem utilizadas quando o capital necessitar. Este excedente de trabalhadores é chamado de exército de reserva, podem estar já inseridos na sociedade capitalista ou surgir a partir de novas relações de trabalho a partir da dinâmica homem e natureza, ou seja, neste último o desenvolvimento de novas técnicas que podem vir a provocar desemprego. Como exemplo Becker (2006) descreveu o caso dos pequenos proprietários de terra que são expulsos do campo por meio de mudanças da sociedade capitalista, como expropriação da terra via pressão de mercado ou surgimento de maquinários agrícolas, no caso é criado um trabalhador livre para o exército de reserva, este fica latente até uma nova atividade o absorver, muitas vezes em outras localidades, o que tem como consequência a mobilidade do indivíduo. Existe ainda aquele indivíduo que se encontra em situações de emprego irregular, esta população se encontra em situação precária no que condiz suas relações de trabalho como condições instáveis e baixas remunerações. Muitas vezes na informalidade, estes trabalhadores também se deslocam em busca de trabalho, como exemplo alguns trabalhadores rurais que começaram a praticar a migração sazonal a partir da modernização da agricultura (RIBEIRO, 2011).

As relações capitalistas transformaram de forma significativa o modo que as populações dependentes do sistema visam se deslocar a partir do espaço. Saliencia-se aqui novamente, que a mobilidade humana não tem gênese a partir do advento do capitalismo, visto que, em sociedades da antiguidade ou mesmo aquelas que podemos chamar de primitiva, também praticava tal ação. O que a mobilidade centrada no trabalho tem em comum com os antigos deslocamentos é a necessidade, primitivamente os povos se deslocavam em busca de alimentos, local seguro, terras férteis, entre outros; atualmente estas necessidades são produzidas externamente ao que se refere ao consciente do indivíduo, este continua a carecer de alimentos e outras necessidades, contudo é

influenciado a se mudar para locais específicos, onde ele acredite em uma maior possibilidade de suprir estas mesmas necessidades (BECKER, 2006).

Neste contexto Becker (2006), constrói um quadro comparativo quanto às duas abordagens migratórias explicitadas até então, uma via o opressor, outra via o oprimido, sendo respectivamente representadas pelo viés neoclássico e o viés marxista. A primeira se estabelece a partir de uma visão individualista de mundo, desconsidera os processos históricos que influenciam o indivíduo a migrar, de modo que acredita que este se desloca a partir de um pressuposto individual, observa estes deslocamentos como algo positivo, uma vez que esta movimentação seria resultado de uma força de equilíbrio para o desenvolvimento econômico de determinado local. O segundo viés destaca que os processos históricos, econômicos e sociais externos à consciência do indivíduo o levam a tomar decisões que lhe são alheias, portanto, apesar de tomar uma decisão, esta não é individual, é coerciva. É uma relação extrema para o trabalhador, que, em suma, é oprimido pelas sujeições que o capital lhes proporciona, estas mesmas sujeições, o coagem a migrar. Destaca-se que neste estudo, realizar-se-á uma abordagem da mobilidade a partir de uma perspectiva crítica, isto é, próxima ao quadro referente à abordagem neomarxista.

Para se abordar um estudo geográfico a partir de um pressuposto crítico, deve-se levar em consideração o espaço geográfico enquanto ambiente de transformação das relações sociais de poder econômico. Portanto, o estudo do território faz-se necessário para atingir tal objetivo, assim como suas fronteiras, local de conflito entre e início e fim da soberania do poder de atores diversos.

Território e Fronteira

O espaço é um conceito amplo no âmbito geográfico, isto é, quando tratamos de território, vale salientar que, este tem como base um espaço em essência que lhe suporta. Raffestin (1993) descreve: “O território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. O território pode ser definido, portanto, como uma série de relações criadas pelos seres humanos, relações estas fomentadas pelo poder.

Os homens são os atores responsáveis pelas construções que criam os territórios no espaço, um único ator pode ser o idealizador de seu território, contudo como não existe apenas um ator em nosso mundo, as ações passam a ser relacionais e conseqüentemente conflituosas. O poder, portanto, é uma ferramenta utilizada para um ator, ou grupo de atores se sobreporem com seus objetivos quanto ao seu território ou em um outro específico.

O território, segundo Raffestin (1993) é um sistema que pode ser representado em uma fórmula onde está inserida as relações de trabalho e produção, o qual o autor chama de sistema territorial. Este é composto por três subconjuntos estruturais: as superfícies, os pontos e as linhas. Caracterizando cada um dos três subconjuntos, temos os pontos, estes representam, para Raffestin (1993), a expressão do indivíduo, ou seja, é o local onde os egos dos atores entram em concordância ou conflito. As linhas, ainda a partir do raciocínio do mesmo autor, representam as relações entre os atores, estas redes possuem possibilidades quase infinitas, uma vez que as ligações entre três pontos representam oito possibilidades de redes, enquanto que seis pontos já seriam mais de trinta e duas mil. Colocando esta premissa para a realidade dos territórios dos Estados Nação, é possível elencar uma série de possibilidades de ações para o Estado.

As tessituras justificam o surgimento dos limites, uma vez que, as superfícies são as zonas de atuações dos atores diversos no território. Seria mais simples analisar os territórios se este terminasse em algum limite simples, porém não é o que o ocorre, as áreas de influência dos territórios se fundam, se intercalam e superpõem, sob a ordem de vários poderes, atuantes em diversas escalas. O Estado Nação possui limites menos dinâmicos, o

que não implica historicamente em mudanças, todavia se comparado às regiões econômicas, as regiões administrativas são muito mais estáticas do que as demais formas de território. (RAFFESTIN, 1993).

Os territórios mais dinâmicos não possuem um limite fixo, uma vez que, as áreas de atuação se convergem, os territórios menos dinâmicos, os administrativos, por exemplo, são regulados de forma mais rígida, em função dos objetivos de um Estado que ali é soberano. Mesmo assim, percebe-se que as áreas limítrofes de um Estado Nação não são homogêneas, a partir do momento em que se passa o limite, coincide-se uma zona de transição em que ambas soberanias possuem os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais em sobreposição, a esta zona denominamos fronteira.

Historicamente, as relações humanas passaram por fases diversas quanto às suas relações sociais, políticas e econômicas. Essas relações possuem motivações variáveis que se caracterizam pelas condições temporais, que refletem no espaço geográfico. A fronteira é uma consequência das motivações e mudanças provocadas pelas relações sociais. É um conceito que permite várias análises, abordagens e entendimentos. Vale salientar que, apesar de permitir várias interpretações, é adequado destacar a sociedade humana capitalista é dialética, está em constante mudança em cada recorte temporal, mudanças estas que influenciam tempos posteriores, o que torna o território dinâmico, não estático.

Segundo Max e Oliveira (2009), comumente, fronteira é descrita como limite que separa o território nacional do internacional, é o início e o fim do Estado, sendo que, o limite propriamente dito, pode ser entendido como as extremidades das regiões, que são designados com papel de dividir politicamente governos, regiões, municípios territorialmente, isto é, é no limite que se inicia ou acaba a soberania de tal indivíduo ou grupo. O autor destaca ainda que os limites internacionais devem ser tratados com caráter especial, uma vez que, há maior importância devido ao fato de se tratar das margens das maiores unidades políticas do mundo atual, os próprios países. Para Frasson (2014), a fronteira é uma “faixa do território de um país que se estende ao longo da linha limite” (FRASSON, 2013, p. 54 e 55). Quando se trata de uma análise próxima a regiões de fronteira, deve-se considerar as características presentes, isto é, a diversidade cultural, as regulamentações alfandegárias e a criminalização, são fatores de tensão entre a fronteira e o Estado (RAFFESTIN, 1993). Neste sentido, observa-se que a fronteira possui uma área maior de influência que vai além da própria linha-limite, ou seja, existe uma área dentro dos territórios nacionais, que possuem em vários aspectos dissensos quanto às áreas centrais do próprio país, estes são fatores de tensão entre a fronteira e o Estado. No território soberano do Estado, há a capital política, onde geralmente, localizam-se os centros econômicos, políticos e culturais, enquanto que, a fronteira é demarcada pelo perímetro desenhado nas margens do Estado. O centro é o local onde estão os atores que detêm o poder do Estado, aquele que territorializa o espaço, e o transforma conforme seus interesses, de modo que, gera uma tensão com os indivíduos que vivem em ambiente de fronteira.

O “topos” seria a capital política do Estado e a “tensão” as regiões de fronteira, marcadas por políticas exógenas às suas pretensões econômicas. Neste sentido, deve-se considerar além dos fatos econômicos, também os diplomáticos, militares e os políticos. (RAFFESTIN, 1993).

O motivo de se manter uma área de contínua tensão é o seu propósito, ou seja, a soberania e a defesa do Estado, nesse sentido Guichonnet e Raffestin (1974) delimitaram cinco funções para atingir tal propósito, estes são: função legal, função fiscal, função de controle, função militar e função ideológica. Max e Oliveira (2009) destacam as cinco funções definidas por Guichonnet e Raffestin (1974), sua função legal é alicerçada pela área espacial do Estado, a função fiscal tem motivações protecionistas e as utiliza por meio de barreiras alfandegárias, a função de controle é legitimada para impedir a entrada de pessoas e mercadorias que possam ferir a legitimidade jurídica do Estado, a função militar é desencadeada pela proteção da soberania do centro do Estado e a função ideológica se dá

a partir da diferenciação dos sistemas políticos e ideológicos, muito comuns ainda no período da Guerra Fria, o muro de Berlim ou a cortina de ferro do leste europeu são exemplos.

Considerações Finais

Conforme os aspectos teóricos apresentados, pode-se perceber o papel da mobilidade na dinâmica das questões fronteiriças, uma vez que, os deslocamentos humanos inseridos na lógica do capital colocam os trabalhadores em condição de migrantes. Enquanto migrantes, por vezes, são obrigados a sair de seu país para procurar melhores condições de trabalho e passam a fazer parte de uma dinâmica que está além de seu entendimento, as lógicas a que são submetidas a fronteira são de responsabilidade do Estado que, geralmente, tem como centro político áreas distantes de seu limite fronteiriço, ou seja, por vezes as medidas são tomadas por atores que desconhecem empiricamente as dinâmicas destes lugares e promovem conflitos.

A fronteira é um território político de transição de dois ou mais Estados soberanos, nesse sentido, leis, taxas e vigilância são questões presentes para aqueles que vivem neste ambiente. Cada Estado procura se beneficiar como um todo, e as medidas tomadas muitas vezes não favorecem os locais, por vezes, nem o Estado vizinho, de modo que, os deslocamentos passam a ser frequentes e colocam mais dinâmica em um espaço que já é considerado tenso. Os migrantes buscam melhor qualidade de vida para fugir de uma consequência que o sistema econômico estabelece historicamente.

Para se analisar tais dinâmicas a geografia da população a partir da mobilidade humana estabelece uma ferramenta significativa para o entendimento de tais dinâmicas a partir de um viés crítico. Justifica-se a importância de tal articulação para sintetizar os meandros que levam a estes deslocamentos e sua consequência e viabilizar medidas para melhorar a qualidade de vida daqueles sujeitos a tais dinâmicas.

Assim, entende-se que o estudo da população em associação à mobilidade pode ser uma ferramenta útil a luz dos estudos relacionados a ambientes de fronteira, tais contribuições podem vir a otimizar o aprofundamento das análises quanto à problemáticas em questão.

Referências

- BECKER, O.M.S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: Castro, I.E.; Gomes, P.C.C.; Corrêa, R.L. (Orgs.) **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 319-367. 2006.
- DAMIANI, A.L. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto. 2008.
- FRASSON, M. **Alunos Brasiguaios em Movimento na Tríplice Fronteira** (Dissertação inédita de Mestrado). UNIOESTE: Francisco Beltrão. 2014.
- GAUDEMAR, J.P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa. 1977.
- GUICHONNET, P.; RAFFESTIN, C. **Géographie des frontières**. Vendôme: Presses Universitaires de France, 1974.
- MAX, C.Z.; OLIVEIRA, T.C. Machado de. As relações de troca em região de fronteira: uma proposta metodológica sob a ótica convencionalista. **Geosul**, 24 (47): 7-27. 2009.
- MORMUL, N. **As abordagens sobre população na geografia brasileira (1934-2010): permanências, transformações e ruptura**. (Tese inédita de Doutorado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RIBEIRO, V.H. **A mobilidade forçada e a exploração da força de trabalho: um olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do noroeste paranaense** (Dissertação inédita de mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2011.

ROCHA, M.M. **A Espacialidade das Mobilidades Urbanas – Um olhar para o Norte Central Paranaense** (Tese inédita de Doutorado) Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo. 1998.